3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 1/27 Emls. R$ 193,79

SINTRACONDCE

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE CONDOMÍNIOS COMERCIAIS E RESIDENCIAIS, IMOBILIÁRIAS DE COMPRA, VENDA E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, INCORPORADORAS E SHOPPING CENTERS DO ESTADO DO CEARÁ

ILUSTRISSIMO SENHOR TERCEIRO OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS DE FORTALEZA-CE
(A) signatário (a),

NOME COMPLETO: Fabio Moraes
NACIONALIDADE: Brasileira **PROFISSÃO:** Porteiro
EST. CIVIL: Divorciado **RG:** 96002038450 – SSP-CE **CPF:** 622.948.813-20
ENDEREÇO: Rua Neném Arruda, Nº 1424, Bairro Alagadiço Novo, CEP: 60.822-413, Fortaleza-CE

REQUER (X) o REGISTRO ( ) a AVERBAÇÃO ( ) o CANCELAMENTO ( ) MATRICULA
Registro de **ESTATUTO SOCIAL (PRIMEIRO ESTATUTO SOCIAL REGISTRADO SOB O Nº 5017773, ALTERADO NO REGISTRO: 5049593).**

(Descrever o ato solicitado: registro do estatuto, averbação de ata de eleição e posse, averbação de aditivo ao estatuto social, baixa de entidade, etc.)

Da entidade denominada (razão social e nº do CNPJ):
Sindicato dos Trabalhadores de Condomínios Comerciais e Residenciais, Imobiliárias de Compra, Venda e Locação de Imóveis, Incorporadoras e Shopping Centers do Estado do Ceará – SINTRACONDCE, inscrito no **CNPJ/MF** sob o nº 13.919.971/0001-81.

Sediada no endereço:
Rua São Paulo, nº 1037, salas 01 e 02, CENTRO, CEP: 60.030-110, Fortaleza/CE

Fortaleza/CE, 02 abril de 2025.

(Assinatura)

Tabelionato de Notas - 3º RTD/RCPJ de Fortaleza/CE
Reg. Tit. Doc. e de Pessoas Jurídicas
Jane Keityla de Oliveira Souza
Interina Delegatária
(Portaria DFCB nº 244/2024)
(DJe 27/02/2024)
Rua Major Facundo, 660 - Fortaleza - CE

Digitalizado com CamScanner

ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DE CONDOMÍNIOS COMERCIAIS E RESIDENCIAIS, IMOBILIÁRIAS DE COMPRA, VENDA E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, INCORPORADORAS E SHOPPING CENTERS DO ESTADO DO CEARÁ (SINTRACONDCE)

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 2/27 Emls. R$ 193,79

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

ESTATUTO SOCIAL

FORTALEZA/CE, 27 DE MARÇO DE 2025

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 3/27 Emls. R$ 193,79

ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DE CONDOMÍNIOS COMERCIAIS E RESIDENCIAIS, IMOBILIÁRIAS DE COMPRA, VENDA E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, INCORPORADORAS E SHOPPING CENTERS DO ESTADO DO CEARÁ (SINTRACONDCE)

O Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores de Condomínios Comerciais e Residenciais, Imobiliárias de Compra, Venda e Locação de Imóveis, Incorporadoras e Shopping Centers do Estado do Ceará (SINTRACONDCE), que se encontra registrado no Cartório de 3º Ofício de R.P.J da Comarca de Fortaleza, Cartório Melo Junior, sob nº 5017773, em 24 de junho de 2011, e sofreu alteração estatutária por meio de Assembleia Geral Extraordinária, com registro sob nº 5049593, em 30 de outubro de 2024, é novamente alterado por meio de Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 27 de março de 2025, de acordo com os termos a seguir.

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO, FINS E PRERROGATIVAS DO SINDICATO

Art. 1º O Sindicato dos Trabalhadores de Condomínios Comerciais e Residenciais, Imobiliárias de Compra, Venda e Locação de Imóveis, Incorporadoras e Shopping Centers do Estado do Ceará, cuja a nomenclatura abreviada é "Sind Dos Trab De Cond Com E Res Imob De C V E Loc De Imov Inc Shopp C Do Estado Do Ceará" – SINTRACONDCE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.919.971/0001-81, com sede na Rua São Paulo, nº 1037, Salas 01 e 02 – Bairro Centro – Fortaleza – CE – CEP: 60.030-101, e estatuto social registrado sob o nº 5017773, em 24 de junho de 2011, no Cartório Melo Júnior, 3º R.P.J Fortaleza-CE, é entidade sindical de primeiro grau do Sistema Confederativo Brasileiro, sem fins lucrativos, constituída para fins de defesa e representação legal, em âmbito administrativo e judicial, das categorias dos trabalhadores em condomínios comerciais e residenciais, imobiliárias de compra, venda e locação de imóveis, incorporadoras e shopping centers na base territorial do Estado do Ceará, sem número limitado de associados, com duração por tempo indeterminado, tendo como foro o de Fortaleza-CE.

Dr. Ranulfo Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.594

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 4/27 Emls. R$ 193,79

§ 1º O Sindicato colaborará com os poderes constituídos e com as associações legitimamente reconhecidas e realmente constituídas, no sentido da solidariedade social e dos interesses nacionais.

§ 2º Como pessoa jurídica, de direito privado, o sindicato terá personalidade própria, autonomia administrativa e financeira distintas das de seus associados.

§ 3º O Sindicato será mantido:

I - pelas mensalidades pagas pelos associados;

II - pelas Contribuições previstas na legislação vigente a serem pagas pelos integrantes das categorias representadas pelo sindicato.

Art. 2º São deveres do Sindicato:

I - colaborar com os poderes constituídos para a harmonia e solidariedade social;

II - manter serviços de assistência jurídica para os associados, extensivos a todos os integrantes das categorias que representa;

III - pleitear a adoção de medidas de interesse das categorias que representa;

IV - promover, por si ou em convênio, cursos de aperfeiçoamento técnico profissional e de novos aprendizados;

V - proporcionar aos associados e seus familiares bem-estar social.

Art. 3º São prerrogativas do Sindicato:

I - defender os interesses gerais das categorias que representa e os individuais de seus associados, tanto junto às autoridades legalmente constituídas, como onde se fizer necessário;

II - celebrar contratos, acordos, convenções coletivas de trabalho, bem como representar em dissídios coletivos, quando for o caso;

III - eleger ou designar representantes das categorias onde lhe for permitido ou houver necessidade;

Dr. Ranulfo Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.594

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 5/27 Emls. R$ 193,79

IV - como entidade representativa, colaborar com o Estado no estudo das soluções dos problemas relacionados com as categorias que representa, atuando como órgão técnico e consultivo;

V - de conformidade com a legislação vigente, estabelecer para os integrantes das categorias que representa contribuições que possibilitem sua manutenção;

VI - usufruir e valer-se das prerrogativas e dos direitos que a legislação confere aos sindicatos.

CAPITULO II

DOS ASSOCIADOS, SEUS DEVERES, DIREITOS E PENALIDADES

Art. 4º Pode associar-se ao SINTRACONDCE, quem for empregado de condomínios comerciais e residenciais, imobiliárias de compra, venda e locação de imóveis, incorporadoras e shopping centers no Estado do Ceará.

Parágrafo único. Para ingressar no quadro social o pretendente terá que apresentar:

I - documento de Identidade.

II - comprovante de que pertence a uma categoria que o sindicato representa.

Art. 5º São deveres do associado do Sindicato:

I - acatar decisões da Assembleia Geral e respeitar o estatuto da entidade;

II - pagar pontualmente as taxas e os encargos para a manutenção do sindicato;

III - zelar o nome do sindicato e propagar o espírito associativo;

IV - colaborar para o engrandecimento e fortalecimento do sindicato;

V - Evitar atitudes que comprometam o nome do sindicato.

Art. 6º São direitos do associado do Sindicato:

Dr. Ranulfo Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.594

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 6/27 Emls. R$ 193,79

I - participar das Assembleias Gerais com direito a voz e voto, respeitando as restrições pertinentes;

II - pleitear sua indicação ou eleição para cargo e função no sindicato, desde que esteja de conformidade com o estatuto, com as normas regimentais e a legislação vigente;

III - exercer cargos e funções no Sindicato conforme as determinações estatutárias e regimentais;

IV - requerer, com número de associados, nunca inferior a vinte por cento do quadro social, que esteja no gozo pleno de seus direitos sociais, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, justificando-a;

V - gozar os serviços oferecidos pelo sindicato.

§ 1º Só poderá votar nas eleições do Sindicato o associado com doze ou mais meses consecutivos no quadro social que esteja em dia com seus deveres e obrigações e que não esteja sob punição ou restrição de direitos.

§ 2º Só poderá concorrer a cargo eletivo no Sindicato o associado com vinte e quatro ou mais meses consecutivos no quadro social que esteja em dia com seus deveres e suas obrigações e que não esteja sob punição ou restrição de direitos.

§ 3º Quem deixar o quadro social, voltando a ser associado, só poderá votar após doze ou mais meses consecutivos de seu reingresso e que esteja em dia com seus deveres e suas obrigações e que não esteja sob punição ou restrição de direitos e só poderá ser candidato a cargo eletivo após vinte e quatro ou mais meses consecutivos de seu reingresso e que esteja em dia com seus deveres e suas obrigações e que não esteja sob punição ou restrição de direitos.

§ 4º Os direitos do associado do Sindicato são pessoais, intransferíveis e inalienáveis.

Art. 7º O associado do Sindicato está sujeito às penalidades de suspensão temporária de seus direitos e de exclusão do quadro social.

Art. 8º O associado será passivo de suspensão temporária de seus direitos constantes no Artigo 6º do presente estatuto quando:

I - desacatar a assembleia geral ou qualquer membro da diretoria quando no exercício de suas funções;

Dr. Rafaelo Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.594

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 7/27 Emls. R$ 193,79

II - por iniciativa própria tomar deliberação que comprometa o sindicato;

III - atrasar de três a onze mensalidades, ficando suspenso enquanto houver o débito.

Art. 9º Será excluído do quadro social do sindicato o associado quem:

I - solicitar por escrito sua exclusão;

II - prejudique deliberadamente o patrimônio do sindicato, devendo responder judicialmente, sujeito às penalidades previstas na lei;

III - for julgado pela Assembleia Geral, indesejável e/ou nocivo à entidade;

IV - atrasar doze mensalidades consecutivas.

§ 1º Quem for excluído conforme inciso I poderá voltar ao quadro social, desde que solicite por escrito seu retorno, sujeito a aceitação ou não da diretoria, sendo aceito receberá novo número de inscrição e cumprirá as restrições previstas para o associado reincluso.

§ 2º Quem atrasar doze mensalidades consecutivas poderá solicitar sua reinclusão e receberá novo número de inscrição e cumprirá as restrições previstas para o associado reincluso.

Art. 10. Compete à diretoria aplicar ou rever as penalidades previstas nos incisos I e II do Artigo 8º e compete à Assembleia Geral aplicar ou rever a penalidade de exclusão prevista nos incisos II e III do Artigo 9º, tendo quem estiver sendo punido o direito de defesa e de recorrer da decisão para a Assembleia Geral.

CAPITULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS ASSOCIADOS.

Art. 11. A Assembleia Geral dos associados é o órgão máximo de deliberação do sindicato, sendo soberana em suas resoluções, desde que se submeta às leis vigentes e respeite o presente estatuto.

Dr. Damião Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.584

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 8/27 Emls. R$ 193,79

Art. 12. Compete à Assembleia Geral dos associados:

I - aprovar o estatuto, regimentos interno e eleitoral podendo em qualquer tempo, reformá-los todo ou em parte, quando especialmente convocada para este fim;

II - eleger a diretoria, o conselho fiscal, os representantes junto à federação e os respectivos suplentes;

III - se necessário, alterar ou prorrogar a duração do mandato dos eleitos, quando estejam exercendo a sua função, desde que não prejudique o direito adquirido dos mesmos;

IV - criar departamentos, autorizar instalações de delegacias, conforme as necessidades administrativas, podendo restringir, suspender ou encerrar as atividades dos mesmos;

V - designar comissões de serviço determinando a finalidade específica das mesmas;

VI - apreciar e julgar a prestação de contas e relatórios da diretoria, determinar previsão orçamentária do sindicato;

VII - autorizar despesas extraordinárias e complementação de verbas quando necessárias;

VIII - indicar entre os associados em pleno gozo de seus direitos sociais quem deverá assumir cargo efetivo para complementação de mandato, quando em caso de vacância da presidência, ou de diretor, de membro efetivo do conselho fiscal quando houver falta de suplente e dar-lhe posse imediata;

IX - excluir ou reabilitar associado conforme o caso, julgando recurso do mesmo;

X - resolver os casos omissos no estatuto do sindicato.

Art. 13. O sindicato realizará anualmente uma Assembleia Geral Ordinária, até o último dia útil do ano, para julgar as contas da diretoria no exercício anterior e para autorizar a previsão orçamentária para o exercício seguinte. Realizará, a qualquer tempo, Assembleia Geral Extraordinária para resolver e deliberar sobre assunto que esteja fora da competência da diretoria.

Art. 14. A Assembleia Geral dos associados será convocada:

I - por iniciativa do Presidente do sindicato;

Dr. Ramiro Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.584

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 9/27 Emls. R$ 193,79

II - por solicitação da maioria dos membros efetivos;

III - em atendimento a requerimento de vinte por cento ou mais de associados em gozo pleno de seus direitos sociais.

§ 1º Após dez dias corridos de uma solicitação ou de um requerimento para a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária e a convocação não sendo feita, poderão os interessados proceder à convocação.

§ 2º Quando uma Assembleia Geral for convocada atendendo solicitação ou requerimento, para que se realize, será indispensável a presença de dois terços dos signatários, já em primeira convocação.

Art. 15. A Assembleia Geral será convocada através de edital afixado na sede do sindicato, nas delegacias quando houver, publicado no Diário Oficial do Estado e/ou em jornal de circulação no Estado do Ceará, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias; devendo constar no edital: o dia, a hora de primeira ou segunda convocação, o local e o assunto ou assuntos para apreciação e deliberação, devendo iniciar em primeira convocação com a maioria dos associados no gozo de seus direitos ou em segunda convocação, trinta minutos depois com qualquer número dos mesmos, sendo as decisões sempre tomadas pela maioria dos participantes.

§ 1º A Assembleia Geral será presidida, preferencialmente pelo presidente da entidade, que poderá abrir mão dessa prerrogativa, indicando quem deve presidir os trabalhos. Na sua falta, presidirá a assembleia o seu substituto legal e na falta desse caberá aos presentes a indicação do presidente da assembleia o qual escolherá seus auxiliares. Havendo empate nas votações caberá ao presidente da assembleia o voto de desempate.

§ 2º A Assembleia Geral só apreciará e deliberará assunto constante de maneira explícita no edital de convocação. A redação do edital deverá ser transparente, evitando-se expressões: como outros assuntos e ou assuntos diversos.

CAPITULO IV

DA DIRETORIA DO SINDICATO

Dr. Randifo Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.594

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 10/27 Emls. R$ 193,79

Art. 16. O sindicato terá uma diretoria de 3 (três) membros efetivos, Presidente; Secretário e Tesoureiro com mandatos de 4 (quatro) anos obtidos por eleição pelo sistema de voto secreto, tendo a diretoria 3 (três) suplentes com eleição coincidente com a dos diretores efetivos.

Art. 17. Compete à diretoria do sindicato:

I - administrar o Sindicato e seu patrimônio;

II - zelar o cumprimento das normas estatutárias, regimentais e as deliberações da Assembleia Geral;

III - determinar as normas de trabalho e funcionamento do sindicato;

IV - designar representantes da categoria onde lhe for permitido ou houver necessidade;

V - divulgar o nome do sindicato;

VI - promover a harmonia e o bem-estar entre os associados;

VII - designar comissões de serviço determinando a finalidade específica das mesmas;

VIII - aplicar ou rever penalidades de suspensão de associado conforme o caso;

IX - apresentar prestação de contas do exercício anterior, proposta orçamentária para o exercício seguinte e quando necessário, pedido de complementação de verbas, para apreciação e julgamento da Assembleia Geral;

X - determinar o valor da taxa mensal a ser paga pelos associados, para manutenção do sindicato, que poderá ser modificada pela Assembleia Geral;

XI - assegurar aos associados os serviços do sindicato.

Art. 18. Compete ao presidente do Sindicato:

I - representar o sindicato ativa e passivamente onde se fizer necessário, sendo que em juízo poderá delegar poderes;

II - convocar e presidir reuniões de diretoria e solenidades da entidade, convocar e instalar assembleias gerais, podendo também as presidir;

III - rubricar os livros do sindicato;

Dr. Ramilo Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.594

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 11/27 Emls. R$ 193,79

IV - determinar o pagamento de despesas autorizadas na previsão orçamentária ou em Assembleias Extraordinárias;

V - designar comissões de serviço, quando necessárias, determinando a finalidade específica das mesmas;

V - firmar convênios autorizados pela Assembleia Geral;

VII - nomear, suspender ou demitir funcionários do sindicato, contratar auxiliares e assessores conforme as necessidades do serviço, estipular seus salários e gratificações;

VIII - havendo departamentos e delegacias, nomear seus responsáveis, podendo substituí-los quando necessário;

IX - supervisionar as ações e os negócios do sindicato;

X - convocar suplentes da diretoria, quando for o caso, indicando quem compete substituir o respectivo titular;

XI - com o diretor financeiro assinar balanços e balancetes; cheques e ordens bancárias; quaisquer documentos que representem valores; abrir ou encerrar contas em bancos e outras instituições financeiras;

XII - resolver os casos urgentes, prestando posteriores esclarecimentos à diretoria ou à Assembleia Geral conforme o caso.

Art. 19. Compete ao secretário do Sindicato:

I - substituir cumulativamente em caráter temporário o presidente em suas ausências, em seus impedimentos e em caso de licença do mesmo;

II - assumir a responsabilidade da correspondência de expediente;

III - supervisionar a sede social e o desempenho do quadro de funcionários;

IV - observar o funcionamento dos departamentos e das delegacias, quando houver;

V - acompanhar a atuação de auxiliares e assessores do sindicato;

VI - organizar o calendário das festividades e eventos do sindicato;

VII - promover e divulgar as realizações e atos do sindicato;

Dr. Ranoni Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.594

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 12/27 Emls. R$ 193,79

VIII - elaborar a programação de cursos, seminários e palestras do sindicato;

IX - proporcionar lazer e atividades esportivas aos associados e seus familiares;

X - assumir a responsabilidade de redação das atas, das assembleias, reuniões e solenidades;

XI - dirigir o arquivo, o fichário e o almoxarifado do sindicato.

Art. 20. Compete ao Tesoureiro do Sindicato:

I - assumir a responsabilidade da guarda dos valores do sindicato;

II - pagar as despesas autorizadas pelo presidente;

III - trazer atualizado o movimento do caixa e os saldos bancários;

IV - com o presidente assinar balanços e balancetes, cheques e ordens bancárias; quaisquer documentos que representem valores; participar de aberturas ou encerramento de contas em bancos e outras instituições financeiras;

V - zelar a conservação e o bom uso dos móveis e imóveis e materiais do sindicato.

VI - controlar a distribuição de guias de contribuição do sindicato e agilizar a cobrança dos inadimplentes;

VII - ter atualizado o rol de inventário dos bens móveis e imóveis do sindicato.

Art. 21. Compete aos suplentes da diretoria do sindicato substituírem temporariamente, o secretário e/ou o tesoureiro, em suas ausências, em seus impedimentos e em caso de licença, e em definitivo em caso de vacância, sendo a indicação feita pelo presidente.

Art. 22. Em caso de vacância da presidência cabe à assembleia geral designar entre os associados com vinte e quatro ou mais meses consecutivos no quadro social, em pleno gozo de seus direitos sociais quem será efetivado para a complementação do mandato dando-lhe posse imediata.

Art. 23. Em caso de vacância de secretário e/ou tesoureiro e não havendo suplente para o preenchimento da vaga a assembleia geral designará

Dr. Ranulfo Rodrigues
ADVOGADO

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

e empossará imediatamente dentre os associados com vinte e quatro ou mais meses consecutivos no quadro social, no pleno gozo de seus direitos sociais quem complementará o mandato.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL DO SINDICATO

Art. 24. O sindicato terá um conselho fiscal de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos com mandato de 4 (quatro) anos coincidente com o da diretoria.

Art. 25. Compete ao conselho fiscal do sindicato:

I - fiscalizar a gestão financeira do sindicato;

II - examinar a prestação de contas da diretoria, a proposta de previsão orçamentária, de complementação de verbas, quando houver, e dar parecer sobre as mesmas;

III - acompanhar a atualização do rol de inventário dos bens móveis e imóveis do sindicato.

Art. 26. Compete aos suplentes do conselho fiscal do sindicato: substituírem, temporariamente, os membros efetivos em suas ausências, em seus impedimentos em caso de licença, e em definitivo em caso de vacância, obedecendo a ordem da eleição.

Art. 27. Em caso de vacância de membro efetivo do conselho fiscal e não havendo suplente para o preenchimento da vaga caberá à assembleia geral a designação dentre os associados com vinte e quatro meses ou mais consecutivos no quadro social, em pleno gozo de seus direitos sociais, quem deverá assumir para complementação do mandato dando-lhe posse imediata.

CAPÍTULO VI

DOS DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

Dr. Ramiro Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.594

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 14/27 Emls. R$ 193,79

Art. 28. O sindicato terá para lhe representar junto à federação a que estiver filiado, dois delegados com dois suplentes eleitos com mandato de 4 (quatro) anos coincidindo com o da diretoria e do conselho fiscal.

Art. 29. Compete aos delegados representantes junto à federação:

I - a participarem no conselho deliberativo da federação com voz e voto, conforme a preceituação da mesma;

II - como representantes, defenderem os interesses e pontos de vista do sindicato;

III - em nome do sindicato, participarem efetivamente das atividades do conselho da federação.

Art. 30. Compete aos suplentes dos delegados representantes junto à federação: substituírem temporariamente os membros efetivos em suas ausências, em seus impedimentos em caso de licença e em definitivo em caso de vacância, obedecendo a ordem da eleição.

Parágrafo único. Em caso de ausência, impedimento, licença ou vacância dos membros eleitos para representação do sindicato junto à Federação e de seus suplentes, a diretoria designará de conformidade com a alínea "d" do Artigo 17 do presente Estatuto que representará o sindicato junto à Federação.

CAPÍTULO VII

DA PERDA DE MANDATO

Art. 31. O associado do sindicato que estiver no exercício de mandato eletivo, como efetivo ou suplente, poderá perder o mandato por:

I - violação grave das normas estatutárias e/ou regimentais do sindicato e conduta não condizente com o cargo ou função que desempenha;

II - dilapidação e/ou malversação do patrimônio do sindicato;

III - abandono ou renúncia ao cargo ao qual foi eleito.

Dr. Ranulfo Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.584

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 15/27 Emls. R$ 193,79

§ 1º Quem perder o mandato por violação grave das normas estatutárias e/ou regimentais do sindicato e tiver conduta não condizente com o cargo ou função que desempenha, ainda continuando ou voltando a ser associado, ficará inelegível, privado de participar do processo eleitoral do sindicato, jamais poderá exercer cargo ou função no sindicato, nem mesmo por nomeação ou indicação.

§ 2º Quem perder o mandato por dilapidação e/ou malversação do patrimônio do sindicato, responderá judicialmente, sujeito às penalidades da lei, mesmo que continue ou volte a ser associado, jamais participará do processo eleitoral e ficará privado de exercer cargo ou função no Sindicato até mesmo por nomeação ou indicação.

§ 3º Quem abandonar ou renunciar ao cargo para o qual foi eleito ficará inelegível por dois mandatos consecutivos.

§ 4º Quem for enquadrado em processo de perda de mandato terá direito de defesa e de recurso para a Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII

DAS ELEIÇÕES DO SINDICATO

Art. 32. O sindicato realizará, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, eleições, pelo sistema de voto secreto, para escolha da diretoria e seus suplentes, do conselho fiscal e seus suplentes, dos delegados representantes junto à federação e seus suplentes. Os eleitos terão mandatos de 4 (quatro) anos.

§ 1º Só votará nas eleições do sindicato o associado com 12 (doze) ou mais meses consecutivos no quadro social, que esteja em dia com seus deveres e suas obrigações e que não esteja sob punição ou restrição de direitos.

§ 2º Só poderá concorrer a cargo eletivo no sindicato o associado com vinte e quatro ou mais meses consecutivos no quadro social, que esteja contribuindo para manutenção do mesmo e em dia com seus deveres e obrigações e que não esteja sob punição ou restrição de direitos.

Dr. Ranieli Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.534

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 16/27 Emls. R$ 193,79

§ 3º Quem estiver exercendo cargo eletivo no sindicato poderá concorrer ao mesmo ou a outro cargo sem se afastar de suas funções.

§ 4º O associado só poderá concorrer em uma chapa.

§ 5º O pleito eleitoral do sindicato realizar-se-á em uma única convocação com qualquer número de votantes, sendo proclamada vencedora a chapa que obtiver o maior número de votos válidos, em caso de empate será considerada vencedora a chapa que tiver o candidato a presidente mais velho.

Art. 33. De 60 (sessenta) a 45 (quarenta e cinco) dias antes do termino dos mandatos, o presidente do Sindicato fará a convocação das eleições e publicará o calendário eleitoral onde constará a data de inscrição de chapas concorrentes ao pleito eleitoral, o dia, o horário e o local de votação, como será a apuração, e a data da posse dos eleitos.

§ 1º Após a publicação do calendário eleitoral os interessados poderão procurar a secretaria do sindicato para consultas, registro de chapas e outros assuntos referente ao pleito.

§ 2º As eleições ocorrerão de 30 (trinta) a 20 (vinte) dias antes do término dos mandatos e as chapas concorrentes deverão ser registrada até cinco dias normais (úteis) após a publicação do calendário.

§ 3º Só será registrada chapa que apresentar candidatos a todos os cargos.

§ 4º Os candidatos a diretoria ou suplentes da mesma poderão concorrer também a delegados ou suplentes junto à Federação.

§ 5º Serão instaladas tantas mesas coletoras de votos quanto forem necessárias.

§ 6º Até 2 (dois) dias antes das eleições o presidente do sindicato, na presença de representantes das chapas concorrentes, designará os componentes das mesas coletoras de votos e da mesa única apuradora.

Art. 34. O sindicato poderá ter um regimento eleitoral que complementará o presente capítulo e disciplinará o pleito eleitoral da convocação das eleições à posse dos eleitos.

CAPÍTULO IX

Dr. Ramilo Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.594

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 17/27 Emls. R$ 193,79

DO PATRIMÔNIO DO SINDICATO

Art. 35. O Sindicato dos Trabalhadores de Condomínios Comerciais e Residenciais, Imobiliárias de Compra, Venda e Locação de Imóveis, Incorporadoras e Shopping Centers do Estado do Ceará - SINTRACONDCE, como pessoa jurídica, de direito privado, tem patrimônio próprio administrado pela diretoria da entidade.

Art. 36. O patrimônio do sindicato compreende:

I - as mensalidades pagas pelos associados;

II - as contribuições previstas na legislação vigente a serem pagas pelos integrantes das categorias representadas pelo sindicato;

III - os bens e valores adquiridos e as rendas produzidas pelos mesmos;

IV - aluguéis, porventura existentes, juros de depósitos e/ou títulos de rendimentos e de poupança;

V - doações e legados;

VI - rendas outras eventuais.

§ 1º A taxa mensal para manutenção do sindicato, a ser paga pelos associados, será estipulada pela diretoria do sindicato, podendo ser modificada pela Assembleia Geral.

§ 2º Para alienação de bens imóveis torna-se necessária a autorização da Assembleia Geral.

Art. 37. Em caso de dissolução do sindicato, em assembleia geral extraordinária, após saldar as dívidas legítimas, o seu patrimônio terá destinação decidida na mesma assembleia, entretanto, a dissolução ocorrendo por outra razão, o patrimônio líquido terá a destinação prevista no código civil para as associações sem fins lucrativos que não determinam o destino do patrimônio no caso de dissolução.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Dr. Ramilo Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.584

Digitalizado com CamScanner

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 16/27 Emis. R$ 193,79

Art. 38. Para melhor desempenho administrativo, o sindicato poderá criar departamentos e instalar delegacias, podendo restringi-los e/ou suprimi-los se for necessário.

Art. 39. O sindicato terá suas normas e regulamentos e elaborará um regimento interno.

Art. 40. É vedada a ingerência de pessoas estranhas na administração do sindicato, entretanto, não associados poderão prestar serviços como auxiliares, assessores e funcionários.

Art. 41. Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRASITÓRIAS

Art. 42. Os trabalhadores em condomínios comerciais e residenciais no município de Fortaleza no Estado do Ceará que participarem da assembleia geral de fundação do Sindicato dos Trabalhadores de Condomínio Comerciais e Residenciais do Município de Fortaleza - Ceará que assinarem a relação de participantes da assembleia passaram de imediato a pertencer ao quadro social do sindicato.

Art. 43. O presente estatuto tem duração por tempo indeterminado e entra em vigor em 27 de março de 2025, data de sua aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 44. Revogam-se o Estatuto Social anterior de forma integral e todas as disposições em contrário.

Fortaleza/CE, 27 de março de 2025.

CARTÓRIO 6º NOTAS

PRESIDENTE: **FABIO MORAES**, BRASILEIRO, DIVORCIADO, PORTEIRO, FILHO DE MARIA DAS GRAÇAS MORAES, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA NENÊM ARRUDA, Nº 1424, BAIRRO ALADIÇO NOVO, CEP 60.830-700, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 96002038450 - SSPDS/CE, CPF 622.948.813-20.

Dr. Ramon Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.594

Digitalizado com CamScanner

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 19/27 Emls. R$ 193,79

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

04 ABR 2025



Digitalizado com CamScanner

CARTÓRIO 6º NOTAS

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

SECRETÁRIO GERAL: **CARLOS ALBERTO DUARTE**, BRASILEIRO, CASADO, PORTEIRO, FILHO DE FRANCISCO CARVALHO DE LIMA E MARIA ALICE DUARTE, RESIDENTE E DOMICILIADO NA CEL JOÃO ALENCAR, 592, BAIRRO PRAIA DO FUTURO, CEP 60182-342, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 96017003762-SSPDS/CE, CPF 652.003.733-87.

CARTÓRIO 6º NOTAS

TESOUREIRO GERAL: **VALDECI NEVES DA SILVA**, BRASILEIRO, DIVORCIADO, PORTEIRO, FILHO DE FRANCISCO NEVES DA SILVA E MARIA DO CARMO DA SILVA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA AV. RADIALISTA JOÃO RAMOS, 1751, BAIRRO PARQUE NOVO MONDUBIM, CEP 60760-665, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 20160407979-SSPDS/CE, CPF 424.933.233-00.

CARTÓRIO MORAIS CORREIA 4º OFÍCIO

MORAIS CORREIA

1º SUPLENTE DA DIRETORIA: **GERARDO ANTONIO DE ALBUQUERQUE JUNIOR**, BRASILEIRO, UNIÃO ESTÁVEL, VIGIA, FILHO DE GERARDO ANTONIO DE ALBUQUERQUE E MARIA PONTE ALBUQUERQUE, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA BENTO GONÇALVES, 700, BAIRRO NOVO MONDUBIM, CEP 60763-832, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 95002030442-SSPDS/CE, CPF 220.710.243-20.

CARTÓRIO 6º NOTAS

2º SUPLENTE DA DIRETORIA: **MARCOS DA SILVA FERNANDES,** BRASILEIRO, CASADO, PORTEIRO, FILHO DE HELIO SOARES FERNANDES E MARIA NUBIA DA SILVA FERNANDES, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA ROSA PEREIRA, Nº 130 BAIRRO CONJ PREF JOSE WALTER, CEP 60760-080, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 98008022314-SSPDS/CE, CPF 015.542.193-02.

CARTÓRIO 6º NOTAS

3º SUPLENTE DA DIRETORIA: **CARLOS AUGUSTO VIEIRA ALVES,** BRASILEIRO, CASADO, PORTEIRO, FILHO DE ANTONIO PEREIRA ALVES E MARIA SOCORRO VIEIRA ALVES, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA GUILHERMINA DE LIMA, 205, BAIRRO CANINDEZINHO, CEP 60734-460, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 94002047282-SSPDS/CE, CPF 785.244.233-15.

Dr. Ranyelo Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 31.584

Digitalizado com CamScanner

04 ABR 2025

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) POR ( ) AUTENTICIDADE ( ) SEMELHANÇA
Carlos Alberto Pereira
DOU FÉ FORTALEZA-CE
Em testemunho ___ da verdade.
Lucélia Ferreira Geraldo
Escrevente Autorizada

04 ABR 2025

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) POR ( ) AUTENTICIDADE ( ) SEMELHANÇA
Valdeci Neves da Silva
DOU FÉ FORTALEZA-CE
Em testemunho ___ da verdade.
Lucélia Ferreira Geraldo
Escrevente Autorizada

ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO MORAIS CORREIA - 4º OFÍCIO DE NOTAS E 2º RTDPJ
TABELIÃ: ÂNGELA MARIA ARAÚJO MORAIS CORREIA - CNPJ: 06.573.000/0001-67
Rua Major Facundo, 790 - Centro - CEP: 60.025-100 - Fortaleza - CE - Tel: (85) 3512-5900
E-mail: moraiscorreia@moraiscorreia.com.br

Cód. 658517. Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de GERARDO ANTONIO DE ALBUQUERQUE JUNIOR Do que dou fé. Fortaleza, 04 de abril de 2025 Total R$ 6,36
SELO 2 - RECONHECIMENTO DE FIRMA DJ056801

( ) - Francisco de A. M. Correia - ( ) - Rafael Paz Lima -
( ) - Arlene L. Rodrigues - ( ) - Matheus Martins Costa -
( ) - Cesar Alexandre G. Rodrigues
Op. Registro - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

DJ 056801
SELO DE AUTENTICIDADE 2023
RECONHECIMENTO DE FIRMA
ACEM02

Acesse os dados do ato em: https://selo.tjce.jus.br/portal

04 ABR 2025

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) POR ( ) AUTENTICIDADE ( ) SEMELHANÇA
Marcos de Souza Fernandes
DOU FÉ FORTALEZA-CE
Em testemunho ___ da verdade.
Lucélia Ferreira Geraldo
Escrevente Autorizada

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 21/27 Emls. R$ 193,79

04 ABR 2025

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) POR ( ) AUTENTICIDADE ( ) SEMELHANÇA
Carlos Augusto Lima Alves
DOU FÉ FORTALEZA-CE
Em testemunho ___ da verdade.
Lucélia Ferreira Geraldo
Escrevente Autorizada

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

Digitalizado com CamScanner

CARTÓRIO 6º NOTAS

Erandi Roque Paixão

CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO: **ERANDI ROQUE PAIXÃO,** BRASILEIRO, CASADO, PORTEIRO, FILHO DE ANTONIO NELSON PAIXÃO E MARIA DO SOCORRO ROQUE PAIXÃO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA 315, Nº 271, ALTOS, BAIRRO JANGURUSSU, CEP 60.866-380, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 9302439247-SSPDS/CE, CPF 706.305.853-34.

CARTÓRIO 6º NOTAS

CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO: **ALMINO DO NASCIMENTO GARCA FILHO**, BRASILEIRO, DIVORCIADO, PORTEIRO, FILHO DE ALMINO DE SOUZA GARÇA E MARIA JOSE GARÇA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA 10, Nº 456 A, BAIRRO CAGADO, CEP 61.913-100, MARACANAÚ-CE, PORTADOR DO RG Nº 20085953479 - SSPDS/CE, CPF 097.719.133-87.

CARTÓRIO 6º NOTAS

Jair Oliveira Correia

CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO: **JAIR OLIVEIRA CORREIA,** BRASILEIRO, DIVORCIADO, PORTEIRO, FILHO DE MARIA OLIVEIRA CORREIA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA CEL JOÃO CORREIA, Nº 3797, BAIRRO BOM JARDIM, CEP 60.540-286, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 95002615734-SSPDS/CE, CPF 435.296.743-20.

CARTÓRIO 6º NOTAS

Glaucon David Brandão Oliveira.

CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE: **GLAUCON DAVID BRANDÃO OLIVEIRA,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTEIRO, FILHO DE FABIANO ALVES DE OLIVEIRA E MARIA MARLENE BRANDÃO OLIVEIRA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA GETULIO VARGAS, Nº 1401, BAIRRO PARQUE SANTA ROSA, CEP 60.763-025, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 2001010203434-SSP/CE, CPF 982.316.693-53.

CARTÓRIO 6º NOTAS

Abdian Melo Braga

CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE: **ABDIAN MELO BRAGA**, BRASILEIRO, CASADO, PORTEIRO, FILHO DE JOSE BRAGA DO NASCIMENTO E ODETE DE SOUSA DO NASCIMENTO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA 2 A, LOTEAMENTO OSORIO DE PAIVA, BAIRRO DISTRITO JACANAU, CEP 61.900-390, MARACANAÚ-CE, PORTADOR DO RG Nº 91002175111 - SSPDS/CE, CPF 743.747.373-91.

Dr. Ranilo Rodrigues
ADVOGADO
OAB/CE 21.584

Digitalizado com CamScanner

0 4 ABR 2025



0 4 ABR 2025



3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 23/27 Emls. R$ 193,79

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

0 4 ABR 2025



0 4 ABR 2025



0 4 ABR 2025



Digitalizado com CamScanner

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 24/27 Emls. R$ 193,79
José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado
CARTÓRIO 6º NOTAS

Francisco Everardo da Silva Sousa

CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE: **FRANCISCO EVERARDO DA SILVA SOUSA**, BRASILEIRO, CASADO, PORTEIRO, FILHO DE LUIZ CALIXTO DE SOUSA E HILDA DA SILVA SOUSA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA OLIVEIRA SOBRINHO, 2064, BAIRRO GRANJA PORTUGAL, CEP 60.540-732, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 94002380984 - SSPDS/CE, CPF 492.739.653-34.

CARTÓRIO 6º NOTAS

Sergio da Silva Lima

DELEGADO REPRESENTANTE JUNTO À FEDERAÇÃO EFETIVO: **SERGIO DA SILVA LIMA,** BRASILEIRO, CASADO, PORTEIRO, FILHO DE NILO MENDES DE LIMA E CLARICE DELMIRO DA SILVA LIMA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSE ABILIO, 346, BAIRRO GRANJA PORTUGAL, CEP 60.541-050, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 94002144008-SSP/CE, CPF 709.809.773-04.

CARTÓRIO 6º NOTAS

Francisco Leandro R. de Jesus.

DELEGADO REPRESENTANTE JUNTO À FEDERAÇÃO EFETIVO: **FRANCISCO LEANDRO RODRIGUES DE JESUS**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTEIRO, FILHO DE ANTONIO FRANCISCO DE JESUS E MARIA IVONE RODRIGUES, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOSEFA CARMELIA DE LOURDES, Nº 151, BAIRRO PASSARÉ, CEP 60868-715, FORTALEZA-CE, PORTADOR DO RG Nº 98015029205-SSPDS/CE, CPF 000.662.423-55.

CARTÓRIO 6º NOTAS

Cristina Maia de Sousa Alves.

DELEGADA REPRESENTANTE JUNTO À FEDERAÇÃO EFETIVA: **CRISTINA MAIA DE SOUSA ALVES,** BRASILEIRA, CASADA, PORTEIRA, FILHA DE JOSE MARIA DE SOUSA E DIFATIMA APARECIDA MAIA DE SOUSA, RESIDENTE E DOMICILIADA NA TRAVESSA MARIA CLARA, Nº 209, BAIRRO JARDIM IRACEMA, CEP 60.340-240, FORTALEZA-CE, PORTADORA DO RG Nº 95024003294-SSPDS/CE, CPF 002.768.923-99.

CARTÓRIO 6º NOTAS

Antonio Cesar Andrade da Silva.

DELEGADO REPRESENTANTE JUNTO À FEDERAÇÃO SUPLENTE: **ANTONIO CESAR ANDRADE DA SILVA,** BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTEIRO, FILHO DE LUIZ PEDRO DA SILVA E ILKA ANDRADE DA SILVA, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JULIO MACIEL, Nº 1099, BAIRRO VILA MANOEL SATIRO, CEP 60713-180, FORTALEZA-CE, PORTADORA DO RG Nº 910100022611-SSP/CE, CPF 314.128.313-34.

Dr. Ramon Rodrigues
ADVOGADO

Digitalizado com CamScanner

04 ABR 2025



04 ABR 2025



3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 25/27 Emls. R$ 193,79

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

04 ABR 2025



04 ABR 2025



04 ABR 2025



Digitalizado com CamScanner

CARTÓRIO 6º NOTAS

ASSESSOR JURÍDICO: **FRANCISCO RANULFO MAGALHÃES RODRIGUES JÚNIOR**, BRASILEIRO, CASADO, ADVOGADO DEVIDAMENTE INSCRITO NA OAB/CE SOB O Nº 21.594, FILHO DE FRANCISCO RANULFO MAGALHÃES RODRIGUES E RUTH FONSECA RODRIGUES, COM DOMICILIO PROFISSIONAL NA AV. DOM JOSÉ, Nº 1923, CENTRO, SOBRAL/CE, PORTADOR DO RG: 2002031076170 SSPCE, CPF: 913.436.153-72.

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 26/27 Emls. R$ 193,79

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

04 ABR 2025

RECONHECO A(S) FIRMA(S) POR ( ) AUTENTICIDADE ( ) SEMELHANÇA
DOU FÉ FORTALEZA-CE
Em testemunho da verdade.
Lucélia Ferreira Geraldo
Escrevente Autorizada

Digitalizado com CamScanner

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO CEARÁ
6º Tabelionato de Notas e 3º Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Fortaleza
Rua Major Facundo, nº 724 - Centro - Fortaleza - Ceará - CEP: 60025-100 - PABX:(85) 3514-5369

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Registro nº 5051178

Certifico e dou fé que consta no documento em papel com 27 (vinte e sete) páginas, foi apresentado em 04/04/2025, o qual foi protocolado e registrado **sob nº 5051178** em **04/04/2025** e **averbado à margem do registro sob nº 5017773**, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas deste Cartório do 6º Oficio de Notas e 3º Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Fortaleza,

Natureza: ADITIVO DO NOVO ESTATUTO SOCIAL

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Fortaleza, 04 de abril de 2025

3º R.P.J. DE FORTALEZA-CE
Averb. Nº 5051178 - 04 abr 2025
Página 27/27 Emls. R$ 193,79

José Wellington Alencar
Escrevente

José Wellington Alencar
Escrevente Autorizado

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
selo tipo 11
REGISTRO DE RTD E RCPJ
Nº ABM082207-G3R9
SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE
consulte a validade do selo digital em: selodigital.tjce.jus.br/portal

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
selo tipo 1
DISTRIBUIÇÃO / MICROFILMAGEM
Nº ABK527804-K7R9 ABK527805-F2R9 ABK527806-E1R9 ABK527807-I5R9
SELO DIGITAL DE AUTENTICIDADE
consulte a validade do selo digital em: selodigital.tjce.jus.br/portal

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES
Nº de atendimento: 20250404000074
Total emolumentos: R$ 155,39
Total FERMOJU: R$ 11,19
Total Selos: R$ 11,71
Total FRMMP: R$ 7,75
Total FAADEP: R$ 7,75
Valor Total: R$ 193,79
Base de cálculo / Atos com Valor Declarado
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos
Códigos: 5013, 5023

6º Tabelionato de Notas - 3º RTD/RCPJ de Fortaleza/CE
Reg. Tit. Doc. e de Pessoas Jurídicas
Jane Keityla de Oliveira Souza
Interina Delegatária
(Portaria DFCB nº 244/2024 (DJe 27/02/2024))
Rua Major Facundo, 660 - Fortaleza - CE

Digitalizado com CamScanner